

DIZ ARANHA: SEMPRE TIVE VONTADE DE FALAR SOBRE A CARRIS

ARANHA X CARRIS

Numa dessas tardes de agosto, batli no gabinete do Dr. Aranha, no sexto andar do edificio da Energia Elétrica, disposto a conhecer de perto os detalhes deste duelo. Lá estava ele, cotovelos sobre a escrivaninha, emagrecido, pálido, ostentando os sinais da doença que o aprisionou 20 dias no leito.

— O que sofri no hospital é nada, comparado com as dores de cabeça que a Carris me tem dado — começou ele fechando um dos livros da complicada escrita da companhia.

Como seu mais célebre irmão, Oswaldo, que já foi jogador de futebol, estancieiro, político e embaixador, José Antônio já teve ocupações múltiplas: vereador, prefeito de Porto Alegre, advogado militante e ...

— Atualmente sou condutor! — costuma dizer aos amigos que vão visitá-lo em seu gabinete ou na casa de negócio do Sr. Emilio Alem, onde todas as tardes se reúnem para tomar chimarrão. — Mas espero voltar a advogado logo que termine meu trabalho aqui, o que, parece, não será muito breve.

Enquanto fala, a cinza do cigarro cai sobre a lapela de tweed; mas ele não percebe pois está falando no assunto que mais adora, a vida daquela companhia que é na sua vida uma presença desagradável mas inevitável, como a de um parente chegado a que não se tem muito amor...

— Sua revista seria pequena para contar esta velha e longa história, a vida da Carris... Começemos pelo registro de nascimento. Nêle não consta o nome dos pais. Mas eu os conheço e sei chamar cada um dos galhos de sua árvore genealógica: Companhia Brasileira de Energia Elétrica, Empresas Elétricas Brasileiras, Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras e a nossa velha conhecida

Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Todas elas viveram e duas ainda vivem no caldeirão de segredos deste holding. A Energia é uma ponte entre a Carris e a Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras e esta entre a Energia e a mater, que deve estar *somewhere in the north*. Por um decreto, a Energia Elétrica, antes irmã gêmea da Carris, renegou a mãe comum, a Companhia Brasileira de Força Elétrica, e assumiu ela, sozinha, todos os direitos e obrigações da maternidade. E o melhor é que nem o Município nem a Carris foram ouvidos: tudo se combinou entre a Brasileira de Força, a Energia e a União. Foi então, em 1946, que começou a tragédia. A ex-concessionária tinha obrigação de manter as duas empresas, a Energia e a Carris, aquela por 25 anos e esta por 75. Passada porém a concessão para a Energia, liberada a felizada Brasileira de Força, processou-se o choque inevitável. A Energia, que é a fonte de lucros, terminará seu contrato em 1953?, mas apesar de perder a sua lucrativa concessão, está obrigada a manter por mais

50 anos a Carris. Era lógico que se aniquilasse a Carris para dismantelar o serviço, obrigando o poder público a assumi-lo. Esta era a intenção do holding.

AS GREVES

Ele passeia ao longo da sala, mãos nos bolsos das calças, erguendo de vez em quando a cabeça para o teto como em busca da palavra exata.

— Por curioso que pareça, nada interessava mais à Carris do que as greves do seu pessoal. Era a poderosa arma com que contava para forçar o aumento das tarifas. E a solução da época para todos os problemas: aumentar os preços. Solução simplória, leviana, um erro gravíssimo.

A Carris tinha uma situação privilegiada para resolver seus problemas. Contava com a obrigação da concessionária (fosse a Companhia Brasileira de Força, fosse a Companhia de Energia Elétrica) de dar-lhe suporte financeiro. Mas não recorreu a isto. Só uma coisa quer: aumento de tarifas.

O investimento da concessionária na Carris foi de nove milhões de cruzeiros. O holding é que estava obrigado a investir dinheiro, realizar obras e estender linhas. Mas a Carris nada lhe pediu. O que eles querem é o dinheiro do povo para realizar obras, incorporá-las ao seu patrimônio e, depois, ao cessar o contrato, obrigar o povo a pagar de novo. E isto não passa de enriquecimento ilícito. O Município deve assegurar *justa retribuição* ao capital empregado, mas não fornecer capital para a companhia aumentar seu patrimônio e depois pretender indenização pelas realizações feitas com o dinheiro da população. Não conseguindo, recorreu ao expediente: a greve. Mas desta vez não iludiu ninguém.

A INTERVENÇÃO

Foi aí que os poderes do Município resolveram intervir. Decretada a intervenção surgiu a indagação: quem seria o homem? Um que ao mesmo tempo inspirasse confiança à Prefeitura, aos servidores da Carris e ao povo. E o nome surgiu espontaneamente, na vontade dos vereadores, no desejo manifesto dos grevistas e na decisão do prefeito.

— Eu estava em meu escritório quando apareceu o meu amigo Ildo Meneghetti.

"Agora, você é o único grevista" disse ele.

"Como?"

"Sim, pois se não aceitar a interventoria, a greve continua".

Vacilei. De um lado o apêlo de um amigo e do outro os da saúde e da profissão. Em casa, minha esposa (as esposas são as melhores conselheiras) opinou: "Se o teu dever de homem público é aceitar, não tens outros caminhos". Foi assim que me transformei de advogado em condutor.



ANTÔNIO Aranha ao ser nomeado Interventor da Carris: "O município enjoou o jogo de cabra-ceg" e resolveu ver o fundo do caldeirão".